



PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível n.º: 0175849-0

13ª Vara Cível de Recife

Apelante: UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.

Apelado: ÁLVARO JOSÉ DE FARIA FILHO

Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho

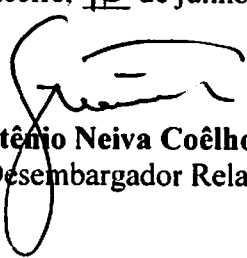
EMENTA: MEDIDA CAUTELAR. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA. REJEITADA. FORNECIMENTO DE EXTRATOS BANCÁRIOS. DEVER DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE APRESENTAR DOCUMENTO COMUM ÀS PARTES. EXTRATOS DE CADERNETA DE POUPANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA.

1. É público e notório que houve a passagem de todo o complexo bancário do BANCO BANORTE S/A para o BANCO BANDEIRANTES S/A (atual UNIBANCO S/A), bem como as agências, as carteiras de clientes, o ativo e os direitos e deveres, sendo o UNIBANCO parte legítima para figurar no polo passivo das ações.
2. A instituição bancária tem a obrigação de guardar e exhibir em juízo a documentação ligada ao desempenho de sua atividade, não podendo alegar simplesmente que não o detém, já que os extratos bancários são documentos comuns às partes, não cabendo a recusa em apresentá-los (art. 358, inciso III, CPC).
3. O banco tem o dever de apresentar aos seus correntistas os extratos de suas contas, nos casos em que o requerente comprove o fato constitutivo de seu direito, informando os elementos necessários para a localização da conta.
4. A exibição dos extratos de conta poupança é de rigor, tendo em vista que tais documentos ficam à disposição da entidade bancária e podem ser apresentados com facilidade;

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos da apelação cível nº 0175849-0, em que figura como apelante UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. e apelado ÁLVARO JOSÉ DE FARIA FILHO; ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **REJEITAR** a preliminar de ilegitimidade passiva e, no mérito, em **NEGAR** provimento ao recurso de apelação de acordo com o voto do relator.

Recife, 19 de junho de 2014.


Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator



PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível n.º: 0175849-0

13ª Vara Cível de Recife

Apelante: UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.

Apelado: ÁLVARO JOSÉ DE FARIA FILHO

Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de apelação cível interposto por **UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.** em face de sentença (fls. 77/78) que julgou procedente o pedido da exordial para condenar a instituição financeira a apresentar os documentos solicitados (extratos da conta poupança) no prazo de dez dias contados da intimação pessoal. Condenou ainda o banco ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios fixados em R\$500,00 (quinhentos reais).

Irresignado, a instituição financeira apela (fls. 80/90) alegando, em síntese, a sua ilegitimidade *ad causam*, por ser pessoa jurídica distinta do Banco BANORTE, bem como afirma que a exibição dos extratos requeridos se tornou uma obrigação impossível em razão da não obrigatoriedade nesse lapso temporal.

Devidamente intimado, o apelado apresentou contrarrazões às fls. 135/143 defendendo a legitimidade passiva do UNIBANCO como legítimo sucessor do BANORTE, bem como requereu a manutenção do julgado.

Em virtude do valor da condenação não ultrapassar a importância de 60 (sessenta) salários mínimos, tampouco envolver a questão em lide matéria de alta indagação, por aplicação analógica do art. 551, §3º do CPC, referendado pelo art. 76, Parágrafo Único, do RITJPE, fica dispensada a remessa dos autos ao revisor, ocasião em que peço pauta.

É o relatório. Inclua-se em pauta para julgamento.

Recife, 3 de junho de 2014.


Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator



PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível n.º: 0175849-0

13ª Vara Cível de Recife

Apelante: UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.

Apelado: ÁLVARO JOSÉ DE FARIA FILHO

Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho

VOTO

Trata-se, na origem, de Ação Cautelar de exibição de documentos, em que o apelado requereu a exibição dos extratos da conta poupança dos períodos de maio/junho de 1987, janeiro/fevereiro de 1989 e março/abril de 1990.

O demandante juntou à fl. 09 dos autos a cópia da notificação extrajudicial encaminhada diretamente ao UNIBANCO, datada de 24/05/2007, em que consta o carimbo do banco confirmando o seu recebimento.

- DA ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM

Acerca da matéria, impende elucidar que a legitimidade das partes, juntamente com o interesse de agir e a possibilidade jurídica do pedido, são condições da ação, logo, matérias de ordem pública.

O UNIBANCO, ora apelante, alega ser pessoa jurídica distinta do BANORTE, instituição financeira em que o apelado mantinha sua caderneta de poupança.

Adianto que não lhe assiste razão.

O caso tratado nos presentes autos, como demonstram os demais Tribunais Pátrios, além de ser público e notório, restou clara e evidente a passagem para o BANCO BANDEIRANTES S/A – atual UNIBANCO S/A – de todo o complexo bancário do BANCO BANORTE S/A, bem como as agências, as carteiras de clientes, o ativo e os direitos e deveres. Sendo assim, independe se o BANCO BANORTE S/A continua existindo como pessoa jurídica ou se está sob intervenção do Banco Central do Brasil.

Cabe salientar ainda que o Superior Tribunal de Justiça (Ag 1158842 e Ag 1278137) já entende no sentido de que o banco apelante é parte legítima para responder a ações deste caráter, sendo incontestável que o BANCO BANORTE S/A – onde o apelado possuía conta poupança – passou a ser controlado pelo BANCO BANDEIRANTES que, por sua vez, foi incorporado pelo UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A, vindo a configurar, portanto, parte legítima para compor o polo passivo da demanda.

Sepultando qualquer dúvida que ainda possa subsistir, colaciono os seguintes julgados:

“PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA. REJEITADA. MÉRITO. NECESSIDADE DE EXIBIÇÃO DOS EXTRATOS BANCÁRIOS PLEITEADOS NA PETIÇÃO INICIAL. PENALIDADE DE BUSCA E APREENSÃO. CABIMENTO. RECURSO NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE. 1 - É sabido que o Banco Bandeirantes sucedeu o Banorte, sendo posteriormente sucedido pelo Unibanco. Mediante o exposto, resta claro, ser o Unibanco parte



válida para figurar no polo passivo da presente demanda, pois se é responsável pela administração do ativo e do passivo do Banco Bandeirantes, é ele responsável pela exibição dos extratos de conta poupança dos antigos clientes do Banorte. II - O Banco Central, a exemplo das outras entidades federais, são partes ilegítimas nas ações relativas a cobranças de planos econômicos. III - O prazo prescricional para a cobrança dos expurgos inflacionários decorrentes dos Planos Econômicos Bresser e Verão é de vinte anos. Desta forma entende-se que também seria este o prazo para que o banco/agravante guardasse em seus registros a documentação bancária dos seus clientes. IV - É cabível a penalidade de busca e apreensão no caso de descumprimento da ordem de exibição documental.”

(TJ-PE - APL: 551480420078170001 PE 0055148-04.2007.8.17.0001, Relator: Francisco Eduardo Gonçalves Sertorio Canto, Data de Julgamento: 15/09/2011, 3ª Câmara Cível, Data de Publicação: 177)

“CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - UNIBANCO - INCORPORAÇÃO DO BANCO BANDEIRANTES S.A., QUE HAVIA ADQUIRIDO PARTE DO PASSIVO E ATIVO DO BANCO BANORTE S.A. - SUCESSÃO - TEORIA DA APARÊNCIA - ILEGITIMIDADE PASSIVA - AFASTADA - RECURSO IMPROVIDO.”

(TJ-MS, Relator: Des. João Maria Lós, Data de Julgamento: 02/05/2012, 1ª Câmara Cível)

Assim, **REJEITO** a preliminar em comento por entender que o UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. é o legítimo sucessor do Banco Banorte S/A e, portanto, parte legítima para figurar no polo passivo da presente ação cautelar.

Passo à análise do mérito.

Pois bem, o artigo 844, II, do Código de Processo Civil, trata da medida cautelar de exibição de documentos, dispondo que *“Tem lugar como procedimento preparatório, a exibição judicial – de documento próprio ou comum, em poder do co-interessado, sócio, condômino, credor ou devedor, ou em poder de terceiro que o tenha em sua guarda, como inventariante, testamenteiro, depositário ou administrador de bens alheios”*.

No caso em comento, a parte autora visa obter a exibição dos extratos de caderneta de poupança, onde discrimina claramente o ano em que pretende ver exibidos os referido documentos, objetivando a interposição de futura ação.

Neste contexto, sabe-se que o banco tem a obrigação de guardar e exibir em juízo a documentação ligada ao desempenho de sua atividade, não podendo alegar simplesmente que não o detém.

Ademais, os extratos bancários almejados consistem de fato em documentos comuns às partes, não podendo a demandada se recusar a apresentá-los, em atenção à inteligência do art. 358, inciso III, do CPC¹.

Acerca da matéria em análise, trago à baila a jurisprudência do **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**:

“AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO - EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - DEVER DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE APRESENTAR DOCUMENTO COMUM ÀS PARTES - OBRIGAÇÃO DECORRENTE DE LEI - DEVER DE INFORMAÇÃO - PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA

¹ Art. 358 - O juiz não admitirá a recusa: [...] III - se o documento, por seu conteúdo, for comum às partes.



- CONDICIONAMENTO OU RECUSA - IMPOSSIBILIDADE - AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR - INOVAÇÃO RECURSAL - ANÁLISE NESTA FASE PROCESSUAL - IMPOSSIBILIDADE - AGRAVO IMPROVIDO."

(82733 SP 2011/0200834-5, Relator: Ministro MASSAMI UYEDA, Data de Julgamento: 28/02/2012, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 08/03/2012)

Entendo ser evidente a obrigação da instituição financeira em exibir os extratos pretendidos pela parte apelada, tendo em vista se tratar de medida preparatória ao ajuizamento de futura demanda.

Em que pese os argumentos aventados, à luz da jurisprudência deste Egrégio Tribunal e do STJ, indubitável que os contratos bancários representam relação de consumo entre o consumidor hipossuficiente e a instituição financeira, aplicando-se sim a inversão do ônus da prova, conforme preceitua o art. 6º, VIII do CDC, cabendo, portanto, a exibição dos extratos da conta poupança por parte da instituição financeira.

Neste sentido, colaciono recente jurisprudência desta Corte:

"AGRAVO LEGAL. DECISÃO TERMINATIVA PROFERIDA EM APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO JULGADA PROCEDENTE COM FULCRO NO ART. 269, I DO CPC. FORNECIMENTO DE EXTRATOS BANCÁRIOS PARA EMBASAR FUTURA AÇÃO DE COBRANÇA. MATÉRIA NÃO ABRANGIDA PELO RECONHECIMENTO DE REPERCUSSÃO GERAL PELO STF. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA SUCESSORA. RESPONSABILIDADE. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO NÃO PROVIDO. 269ICPC 1. A matéria objeto do presente recurso não se encontra abrangida pela determinação de suspensão em razão de reconhecimento, no âmbito do STF da repercussão geral em matéria constitucional concernente ao direito adquirido e ao ato jurídico perfeito em face dos expurgos inflacionários decorrentes dos planos econômicos Bresser, Verão e Collor I e II. 2. É plenamente válida a responsabilização da pessoa jurídica sucessora, porquanto contraente dos direitos e obrigações oriundos da atividade. 3. A matéria da presente demanda já fora objeto de apreciação pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, em diversas oportunidades, tendo-se firmado o entendimento de que o dever de exibição de documentos por parte da instituição bancária decorre do direito de informação ao consumidor (art. 6º, III, do CDC). 6ºIICDC 4. Recurso não provido."

(2798734 PE 0019066-98.2012.8.17.0000, Relator: Bartolomeu Bueno, Data de Julgamento: 11/10/2012, 3ª Câmara Cível, Data de Publicação: 193)

"DIREITO DO CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. EXTRATOS DE CADERNETA DE POUPANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. COMINAÇÃO DE ASTREINTES. IMPOSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 372 DO STJ. DEVER DA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA DE EXIBIR OS HISTÓRICOS FINANCEIROS DO POUPADOR. INVERSÃO CONSUMERISTA DO ÔNUS PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DO DEVER BANCÁRIO DE INFORMAÇÃO E DO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA. PROVIMENTO PARCIAL. [...] A inversão consumerista do ônus probatório, o dever contratual de informação e o princípio da boa-fé objetiva impõem às instituições bancárias a exibição dos históricos financeiros dos poupadores, na seara das discussões sobre as perdas com expurgos inflacionários. Apelação parcialmente provida, para reformar a sentença e excluir a cominação de multa diária, mantida a condenação sucumbencial do Apelante, ante o decaimento mínimo do pleito de seu adversário. 359CPC"

(427598420078170001 PE 0042759-84.2007.8.17.0001, Relator: Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes, Data de Julgamento: 15/01/2013, 2ª Câmara Cível, Data de Publicação: 13)




Nesse contexto, é totalmente admissível a determinação para a exibição dos dados requisitados no prazo de 10 (dez) dias estabelecido pelo magistrado de primeiro grau.

Diante do exposto, voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao apelo, mantendo a sentença recorrida em todos os seus termos, pois analisou corretamente as questões postas em julgamento, conferindo à causa a mais adequada e justa solução, razão pela qual resiste claramente às críticas que lhe são dirigidas nas razões recursais.

É como voto.

Recife, 10 de junho de 2014.


Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator